



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11797 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 17 - Filosofia da Educação

O Trabalho Docente pela Noção Antropológica de Troca

Artur José Renda Vitorino - PUC/CAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

### **O Trabalho Docente pela Noção Antropológica de Troca**

A noção de troca, hoje, é imputável ao trabalho docente geralmente realizado no espaço escolar? Ao buscar encaminhar resposta a essa questão, por meio da observação, leitura e interpretação do “arquivo” (Foucault, 1972), *grosso modo*, é interessante retornar à noção de troca formulada por Marcel Mauss, em seu *Essai sur le Don* (1950). Para esse autor, a troca primitiva aparece como o exemplo eloquente de fato social total, pois nela se manifestam, ao mesmo tempo, os aspectos econômicos, jurídicos, morais, religiosos e estéticos; assim como o traço profundo do fato social total designado pela troca simbólica está em saber que há uma força nas coisas: afinal, nas coisas trocadas há uma virtude que força as dádivas a circularem, a serem concretizadas e a serem retribuídas.

Diferentemente, na sociedade atual, as trocas se tornaram muito complexas, e os seus aspectos econômicos e jurídicos sobrepujaram os demais aspectos morais, religiosos e estéticos existentes numa troca primitiva. Mais que isso, os aspectos econômicos e jurídicos obnubilaram os outros aspectos morais, religiosos e estéticos, fazendo com que esse tipo de troca não se configure em um fato social total. Isso, porque é somente nos fenômenos sociais totais que “exprimem-se, ao mesmo tempo e de um só golpe” – escreveu Mauss (1950, p. 147) – “todas as espécies de instituições: religiosas, jurídicas, morais (políticas e familiares, ao mesmo tempo); econômicas (formas de produção, consumo, ou melhor: prestação e distribuição); assim como fenômenos estéticos e fenômenos morfológicos que manifestam essas instituições”

Na atual sociedade, configura-se um plano em que as trocas se multiplicaram exponencialmente, e assim elas ocorrem, e muito, e velozmente, e cada vez mais aceleradas;

porém, o fenômeno econômico e, ad hoc, o fenômeno jurídico, absorveram e anularam os demais fenômenos, cujo efeito mais loquaz foi a sobreposição da força das coisas pela obcecação pelas coisas. Essa obcecação pelas coisas não é algo imposto, e sim a realização consentida da possibilidade de gozar imaterialmente diversos relacionamentos no cotidiano. Ou seja, o consumo não é uma prática material, pois ele não se define nem pelo alimento que se digere, nem pelo vestuário que se veste, nem pelo carro que se usa, nem pela substância oral ou visual das imagens e mensagens.

“O consumo” – nas palavras de Baudrillard (2015, p. 206) –, “pelo fato de possuir um sentido, é uma atividade sistemática de signos”. Por isso, seguindo o raciocínio de Baudrillard (2015), o que é consumido por meio de uma troca nunca são os objetos e sim a própria relação – a um só tempo, significada e ausente, incluída e excluída –, é a ideia da relação que se consome na série de objetos que a deixa visível. Porém, adverte Baudrillard (2015, p. 206), “a relação não é mais vivida: torna-se abstrata e se anula em um objeto-signo em que é consumida”. Nota-se um ensinamento de Jean Baudrillard: os objetos são consumidos, mas não totalmente consumados. Por isso não há limites ao consumo, porque ele é irreprimível, porque ele se funda sobre uma ausência pelo sistema dos objetos.

Contemporaneamente, então, a troca é realizada, pois as necessidades, os sentimentos, a cultura, os projetos, as exigências, se materializam em forças produtivas para serem vendidas, compradas e consumidas, porém, sem se manifestar, nesse tipo de troca, uma força das coisas que imprima uma automática retribuição que existe numa sociedade primitiva: nesta, o presente recebido era obrigatoriamente retribuído; na nossa sociedade, esse fluxo é interrompido por uma lógica formal da mercadoria analisada por Marx, e cujo consumo precede sua produção.

Reportando-se à teoria do valor-trabalho desenvolvida por Marx, especialmente no primeiro capítulo d’*O Capital*, é possível explicar porque, numa sociabilidade capitalista, objetos são repostos pelo movimento da distribuição e da troca, mas tais objetos, uma vez inseridos nessa sociabilidade, são culturalmente contraditórios, pois, a mercadoria, ao mesmo tempo, valor de uso e valor de troca, objeto sensível/ suprassensível, traveja e arma um dos pilares dessa sociabilidade capitalista, sem que isso signifique que tais objetos realizam o seu uso efetivo contido no seu valor de uso. Os objetos, a despeito de suas referências noemáticas (quando os objetos são descritos pelas suas referências objetivas) e assim estruturados dentro do contexto da instrumentalidade, também estão cotidianamente presos numa rede de obstáculos que impedem o seu uso (Giannotti, 1985). Ao lado de uma fenomenologia do instrumento, em que, p. ex. em um supermercado, há uma enorme quantidade de objetos que estão, ali, dispostos na mesma referência instrumental entre a cadeira e a mesa, entre o garfo e a faca, na dependência duma referência a outras individualidades, há uma forma de relações sociais que impõe um outro comportamento vinculado a um esquema operatório e expressivo, cuja lógica social integra objetos naturais numa linguagem das mercadorias e do capital.

Inseridos nessa sociabilidade capitalista, guiados pelos desejos, estamos enfeitados pelos objetos, pelas bugigangas que estão circulando inercialmente no nosso entorno, na nossa mente, na

nossa maneira de experienciar o tempo presente-passado, presente-presente e presente-futuro. Esse mundo, no qual somos atraídos e absorvidos pela incessante circulação de coisas e objetos, é gerado, historicamente, pelo *animal laborans* (Arendt, 2007). E pela crença de que nenhum homem mais deve ser escravizado, pois as máquinas e sua consequente automatização estão nos livrando da necessidade de realizarmos tudo aquilo que nos escraviza cotidianamente.

Considero que o que almejamos com isso é a libertação do *negotium*. Cada vez mais cresce a valorização do ócio. A etimologia como método de investigação nos ajuda a compreender: ócio em latim é *otium*, cujo antônimo é *negotium*. Não por menos, cada vez mais cresce o sentimento de aumentar o tempo de ócio para dividi-lo entre coisas como o descanso após o final do expediente, férias ou aposentadoria a serem preenchidas com coisas como viajar, ficar com os filhos e netos, contemplar a natureza etc. Enfim, o ócio está deixando de ser considerado algo mau.

Ainda, a etimologia também nos indica que escola significa ócio, cuja origem é o termo grego *skholé*. E na antiguidade, isso era extremamente positivo, mas para nós, homens modernos, tal valorização do ócio adquiriu uma impressão estranha, e, mais que isso, ir à escola tornou-se uma obrigação, o ócio se tornou algo deletério. Com efeito, agora, se inicia uma mudança radical, conforme nos ensinou Flusser (2014, p. 314): “o ócio começa a se tornar um problema central. A escola se torna problemática. Não se sabe mais ao certo o que se deve fazer na escola”. Defende-se, então, pelos argumentos de Vilém Flusser, que, cada vez, mais fica claro que o trabalho não é a fonte dos valores, e sim a informação, cuja consequência mais forte é a ideia de que a escola é a finalidade da vida.

**Palavras-chave:** Trabalho Docente; Escola; Troca; Propriedade; Ócio.

### Referências:

- ARENDR, Hannah. *A condição humana*. 10ª ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. 5ª ed. – 2ª reimpr. Trad. Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2015. (Coll Debates:70).
- FLUSSER, Vilém. *Comunicologia: reflexões sobre o futuro: as conferências de Bochum*. Trad. Tereza Maria Souza de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis (RJ)/ Lisboa: Editora Vozes/ Centro do Livro Brasileiro, 1972, p. 157-163.
- GIANNOTTI, José Arthur. *Filosofia miúda e demais aventuras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MAUSS, Marcel. *Essai sur le Don. Forme et Raison de l'Échange dans les Sociétés Archaïques*. in: *Sociologie et Anthropologie* (1ª ed. 1950), Paris: P.U.F., 1968.

